

ATA NÚMERO 208/XII/3.ª SL

Aos 2 dias do mês de outubro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 205, 206 e 207, referentes, respetivamente, às reuniões de 11, 18 e 24 de setembro.
2. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – Incentivos à capitalização das empresas.
3. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 441/XII/2.ª (PS) – Diminuição do IVA na Restauração.
Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 442/XII/2.ª (PS) – Redução do IMI, através da atualização da fórmula de cálculo do valor patrimonial fiscal.
Autor do parecer: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).
5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 443/XII/2.ª (PS) – Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME.
Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 289/XII/3.ª, de iniciativa da DECO – Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor – Solicitam a adoção de medidas legislativas que limitem a cobrança de comissões ou outros encargos de manutenção de contas à ordem, e que promovam a transparência da sua publicitação e atualização.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.
7. Apreciação do ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Setor Público, a propósito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE a solicitar à UTAO a elaboração de uma análise detalhada sobre o impacto orçamental, anual e plurianual, da negociação levada a cabo pelo Governo no âmbito do fecho dos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro detidos pelas empresas públicas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

8. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras e um procedimento uniformes para a resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um mecanismo único de resolução e de um fundo único de resolução bancária e que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)520].
Relator: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).
9. Distribuição de iniciativas europeias.
10. Balanço do processo orçamental do Orçamento do Estado para 2013 e trabalhos preparatórios do Orçamento do Estado para 2014.
11. Apreciação do relatório de atividades da Unidade Técnica de Apoio Orçamental referente à 2.ª Sessão Legislativa e das atividades previstas para a 3.ª Sessão Legislativa.
12. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.º 205, 206 e 207, referentes, respetivamente, às reuniões de 11, 18 e 24 de setembro.

As [atas n.ºs 205, 206 e 207](#), referentes às reuniões de 11, 18 e 24 de setembro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

2. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – Incentivos à capitalização das empresas.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

3. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 441/XII/2.ª (PS) – Diminuição do IVA na Restauração.

Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) apresentou os pareceres aos Projetos de Lei [n.º 441/XII/2.ª \(PS\)](#) e [n.º 443/XII/2.ª \(PS\)](#), sublinhando as principais disposições das iniciativas, chamando a atenção para as disposições referentes à lei-travão constantes das Notas Técnicas das iniciativas, tendo neste ponto havido um debate no qual intervieram, adicionalmente, os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS) e Duarte Pacheco (PSD).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Especificamente quanto à segunda iniciativa, o autor dos pareceres recordou a reforma do Código do IRC, em curso. Não se registando intervenções adicionais, os pareceres foram votados e aprovados por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 442/XII/2.^a (PS) – Redução do IMI, através da atualização da fórmula de cálculo do valor patrimonial fiscal.

Autor do parecer: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 442/XII/2.^a \(PS\)](#), sublinhando as principais disposições da iniciativa, após o que foi saudado pelos Grupos Parlamentares presentes, tendo de seguida o parecer sido votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 443/XII/2.^a (PS) – Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME.

Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

A apreciação do presente ponto da Ordem do Dia decorreu em simultâneo com o ponto 3.

6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 289/XII/3.^a, de iniciativa da DECO – Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor – Solicitam a adoção de medidas legislativas que limitem a cobrança de comissões ou outros encargos de manutenção de contas à ordem, e que promovam a transparência da sua publicitação e atualização.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.

A Comissão deliberou favoravelmente sobre a admissibilidade da [Petição n.º 289/XII/3.^a](#), tendo o Grupo Parlamentar do PCP indicado como relator o Senhor Deputado Paulo Sá.

Sobre esta matéria, o Presidente em exercício, Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD), sublinhou o elevado número de assinaturas, o que poderia suscitar a questão do modo de realização da audição, e recordou que a petição fora entregue pela DECO em audiência com a Senhora Presidente da Assembleia da República, tendo a COFAP estado representada na mesma.

7. Apreciação do ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Setor Público, a propósito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE a solicitar à UTAO a elaboração de uma análise detalhada sobre o impacto orçamental, anual e plurianual, da negociação levada a cabo pelo Governo no âmbito do fecho dos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro detidos pelas empresas públicas.

O Senhor Presidente em exercício recordou o enquadramento do ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Setor Público, a qual remetera à COFAP o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE a solicitar à UTAO a elaboração de uma análise detalhada sobre o impacto orçamental, anual e plurianual, da negociação levada a cabo pelo Governo no âmbito do fecho dos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro detidos pelas empresas públicas. De igual modo, deu conta da existência de antecedentes em matéria de pedidos à UTAO, despachados favoravelmente pela Senhora Presidente da Assembleia da República, mas reportando-se a pedidos de outras Comissões e não de um Grupo Parlamentar.

Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Duarte Pacheco (PSD), tendo a Comissão deliberado, consensualmente, remeter o referido pedido à UTAO para a subsequente concretização, nos termos e prazos possíveis, tendo em consideração a apreciação da Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado para 2014 e os trabalhos, prioritários, já previstos pela UTAO durante o período orçamental.

8. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras e um procedimento uniformes para a resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um mecanismo único de resolução e de um fundo único de resolução bancária e que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)520].

Relator: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS)

O Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) apresentou o relatório à [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho](#), sublinhando as principais disposições da iniciativa, nomeadamente quanto à separação do risco bancário daquele soberano, e sublinhando as conclusões, após o que foi saudado pelos Grupos Parlamentares presentes, tendo de seguida o parecer sido votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra do PCP, verificando-se a ausência do BE.

9. Distribuição de iniciativas europeias.

Analisado o quadro de iniciativas europeias remetidas à Comissão, foi distribuída, para elaboração de relatório, a seguinte iniciativa:

Referência	Título	Relator(a)
COM(2013) 614	Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro	João Galamba (PS)

Adicionalmente, a Comissão deliberou consensualmente suspender, de modo genérico, o escrutínio de iniciativas europeias durante o período de apreciação do Orçamento do Estado, passando apenas a tomar conhecimento das iniciativas que lhe são remetidas.

10. Balanço do processo orçamental do Orçamento do Estado para 2013 e trabalhos preparatórios do Orçamento do Estado para 2014.

Foi favoravelmente concluído o balanço do Orçamento do Estado para 2013 e deliberado, no que ao próximo processo orçamental diz respeito, solicitar junto de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República nova autorização tácita e de carácter excecional para um contacto direto, pela Comissão, junto das Regiões Autónomas, para efeitos de consulta dos respetivos órgãos de Governo próprio quanto às propostas de alteração que lhes dizem respeito, em sede de apreciação da proposta de lei na especialidade, tendo em consideração que o processo de consulta do ano transato correu bem, com ganhos de eficiência no envio das propostas às Regiões Autónomas.

Adicionalmente, a Comissão acolheu positivamente a possibilidade de retirada de propostas de alteração, através do IPA (na aplicação informática de tramitação do diploma orçamental), substituindo assim procedimentos manuais.

No que ao próximo processo orçamental diz respeito, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou que a conferência de líderes daquele dia iria deliberar sobre o calendário de apreciação da iniciativa legislativa.

11. Apreciação do relatório de atividades da Unidade Técnica de Apoio Orçamental referente à 2.ª Sessão Legislativa e das atividades previstas para a 3.ª Sessão Legislativa.

O relatório de atividades da UTAO referente à 2.ª Sessão Legislativa, e as atividades previstas para a 3.ª Sessão Legislativa, foram apreciados favoravelmente, verificando-se a ausência do BE.

12. Outros assuntos.

Foi apreciado o modo de auscultação das entidades que o solicitem à COFAP (ou que a Comissão entenda por oportuno ouvir) no âmbito da apreciação da [Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª \(GOV\)](#), tendo usado da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Miguel Tiago (PCP) e Michael Seufert (CDS-PP), após o que a Comissão deliberou recolher, junto dos Grupos Parlamentares, propostas de audições de entidades, com vista à devida organização dos trabalhos, em particular quando se acumulam com pedidos de reunião com a COFAP, legalmente previstos no âmbito do processo de apreciação pública das iniciativas legislativas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente em exercício deu por concluída a reunião.

A reunião foi encerrada pelas 11:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de outubro de 2013

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO,

PAULO BATISTA SANTOS

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Jorge Paulo Oliveira
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina
Miguel Frasquilho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Eduardo Cabrita
Isabel Santos
João Galamba
Nuno Reis
Paulo Sá